

HERNÁNDEZ DÍAZ, José María; POZZER, Adecir y CECCHETTI, Elcio (orgs.): *Migración, interculturalidad y educación: impactos y desafíos*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2019, 862 pp. ISBN: 978-84-1311-196-4.

Devido ao grande fluxo migratório presente no mundo – mais evidente em alguns países que outros – há uma preocupação relacionada ao modo como imigrantes e refugiados são tratados e recebido em seus países de destino. A discriminação, a miséria, as violências físicas e morais traduzem o não cumprimento dos direitos humanos, situação recorrente na vida de milhares de pessoas que se colocam em marcha para tentar a sorte em um país ou cultura diferente.

A educação é uma das esferas sociais que sofrem intensos impactos. Devido ao seu caráter formativo e enquanto espaço de socialização e aprendizagem de conhecimentos científicos e culturais, a escola torna-se uma oportunidade de acolhida e integração, o que inclui alunos imigrantes, refugiados ou não.

Neste sentido, a obra *Migración, Interculturalidad y Educación: impactos y desafíos*, co-editada pelas editoras Ediciones Salamanca e Argos-Unochepecó, possui um caráter interdisciplinar e intercultural, composta por quarenta artigos e organizada em seis unidades. São ensaios, análises e reflexões que os autores realizam sobre a importância de práticas educativas interculturais ampliarem-se enquanto alternativa ao reconhecimento da diversidade cultural e como elemento de formação humana e cidadã, estratégia que favorece a compreensão dos desafios gerados pelos fluxos migratórios.

Cada texto está escrito na língua proposta pelo/s respectivo/s autor/es, em português, espanhol, francês ou inglês, o que representa a riqueza da diversidade linguística e, ao mesmo tempo, um desafio intrínseco ao processo migratório e à educação em perspectiva intercultural.

A *primeira unidade* trata da estreita relação entre o movimento da migração, a interculturalidade e a educação. É composta de oito artigos que retratam aspectos teóricos e metodológicos em uma perspectiva intercultural de educação. Os trabalhos analisam movimentos migratórios e como eles incidem no sistema educativo dos países de destino, como no caso de Espanha, Brasil e Gabão. Referente ao período de grande migração na América Latina, iniciada nas décadas de 80 e 90, o primeiro artigo identifica a desigualdade na acessibilidade à educação brasileira por parte de imigrantes advindos de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, tomando por base os dados do Censo demográfico de 2010. Analisam, também, os impactos da colonização europeia e norte-americana na formação dos povos latino-americanos e como cada período histórico afetou as concepções pedagógicas e o desenvolvimento da educação, o que possui influência na concepção e tratamento dos migrantes, questão abordada no segundo artigo, especificamente na relação entre educação e interculturalidade na América Latina.

No terceiro artigo, resgata-se a aprendizagem da língua oficial do país de destino como fundamental para a inserção social do imigrante. Reflete sobre os preconceitos linguísticos presentes no imaginário de povos receptores de imigrantes e, simultaneamente, destacam a importância cultural da preservação da língua materna em povos de tradições orais, como os subsaarianos e os ameríndios. Essas populações sofrem a pressão da tradição escrita, além de terem que lidar com as influências decorrentes dos processos turísticos, cinematográficos, imagéticos e de globalização, tratados nos quarto e quinto artigos, abordando, especificamente, o contexto de Gabão.

Considerando as imbricações interculturais, o sexto artigo sublinha o papel da pedagogia como mediadora da diversidade de práticas ético-educacionais,

como é o caso da pedagogia social, iniciada na Espanha em meados de 1956 e reestruturada ao longo das últimas décadas. Seus autores ressaltam que as pedagogias sociais, em diálogo com as demais pedagogias, exercem mediação relevante na integração do imigrante, na desmistificação de preconceitos sobre questões culturais, evitando que o imigrante receba tratamentos depreciativos ou xenófobos, aspectos tratados no relato de uma experiência de acolhimento de haitianos em uma escola no sul do Brasil – sétimo capítulo, e de ecuatorianos no Gabão, apresentado no oitavo artigo.

A *segunda unidade* é composta de oito artigos que tratam da relação entre a interculturalidade, os direitos humanos e a decolonialidade. Abordam a interculturalidade em uma perspectiva decolonial, com potencial de superação de processos hegemônicos e progressivos de um desenvolvimento da modernidade associada à colonialidade no contexto latino-americano e caribenho, aspectos desenvolvidos no primeiro artigo. Nos segundo e terceiro artigos, os autores consideram que a educação precisa estar alinhada à realidade e às necessidades socioculturais de seus destinatários, como é caso dos povos indígenas do estado brasileiro de Roraima, em que a educação deve garantir o direito de cada etnia viver a sua cultura, transmitir seus conhecimentos e línguas conforme seus imperativos, uma forma de interpor as lógicas monoculturais predominantes da educação formal. Neste sentido, uma reforma da educação superior se torna inevitável, pois, conforme tratam os autores dos quarto e sexto artigos, é ela que pode fortalecer a luta de grupos historicamente invisibilizados em seus aspectos epistêmicos, culturais e sociais.

O quinto artigo reflete sobre a importância da gestão da diversidade cultural por parte das diferentes esferas sociais, como o sistema educativo, jurídico e político no processo de inserção sociocultu-

ral do migrante ou refugiado no contexto da união europeia, assegurando assim os direitos humanos a todas as pessoas, inclusive aos refugiados, aspectos abordados no oitavo artigo, a partir do contexto brasileiro, por ocasião das migrações de haitianos, senegaleses, sírios, libaneses, colombianos e venezuelanos, que vem ocorrendo desde o início do século XXI. No sétimo artigo, encontra-se uma análise do movimento de migração interna causada pela precariedade nas condições de vida e trabalho de pescadores artesanais na Baía de Todos os Santos/Brasil, que precisam deixar suas comunidades e culturas locais em busca de melhores condições de vida.

A *terceira unidade*, composta de cinco artigos, discorre sobre os temas da laicidade, educação intercultural e diversidade religiosa. Os autores apresentam a laicidade como ponto fundamental na condução de ações das esferas educativas, jurídicas e políticas. A partir de diferentes perspectivas, encontra-se uma aproximação quanto ao entendimento da laicidade do Estado como abertura à pluralidade de ideias, culturas e saberes, isso porque há um entendimento de que o *outro* é constituído de vivências, linguagens, relações, narrativas e histórias que o tornam singular, de forma que a laicidade venha a ser uma oportunidade ao intercultural, como abordado no primeiro artigo, que considerou o contexto uruguaio contemporâneo.

Nesta perspectiva, o segundo artigo traça um paralelo entre a laicidade e a diversidade religiosa indicando a possibilidade, desde uma perspectiva intercultural, da abordagem da diversidade religiosa na escola pública, uma estratégia para acolher, respeitar e reconhecer o direito à diferença, muitas vezes cerceado nos espaços formais de educação. Nesta direção, o terceiro artigo trata também do estudo das religiões no currículo escolar, a partir de pressupostos éticos, filosóficos e científicos das Ciências da Religião

e da Educação, de modo a assegurar o conhecimento das distintas manifestações do fenômeno religioso, de acordo com a diretriz curricular, publicada pelo Ministério da Educação do Brasil, em dezembro de 2017.

Diferentemente do histórico da disciplina de Ensino Religioso no Brasil e na América Latina, o quarto artigo aponta alguns desafios existentes no estudo da diversidade religiosa na escola pública, embora reconheça ser uma oportunidade de o estudante compreender o papel dos direitos humanos fundamentais no que diz respeito à igualdade, à liberdade de consciência e de religião. Por isso, esse estudo tem de ser ministrado por docentes com formação acadêmica específica, com base nas Ciências da Religião e da Educação, áreas compatíveis com a neutralidade de um Estado laico. No quinto artigo, aborda-se o papel da Universidade Católica de Manizales, Colômbia. Por meio da ação pastoral, ela faz o acompanhamento de jovens oriundos de outras regiões ou países, geralmente afetados pelas circunstâncias impostas pelo mundo moderno que dificulta a experiência de pertença através da comunicação e participação, elementos centrais do documento de Puebla para a Igreja Católica latino-americana.

Os nove artigos que compõem a *quarta unidade* tratam da migração, do currículo e da formação de professores na perspectiva intercultural. O primeiro artigo desta unidade aborda a formação para professores indígenas e dos desafios para concretizar esta oferta, no curso de Licenciatura Intercultural, primeiro curso do Instituto Insikiran, localizado no estado de Roraima, o qual hoje oferece mais dois outros cursos, sendo eles o curso de Gestão Territorial Indígena e Gestão em Saúde Coletiva Indígena. O segundo artigo também trata de uma realidade de Roraima, mas relacionado à formação do currículo das escolas interculturais indígenas e de como estas escolas atendem

os estudantes indígenas com deficiência. Este trabalho salienta a importância da formação do professor que atua com estes alunos no Atendimento Educacional Especializado visando o enfrentamento dos estereótipos relacionados ao indígena com deficiência, contribuindo com o seu desenvolvimento social e educacional na sociedade brasileira. O terceiro artigo traz a perspectiva da Universidade Federal de Roraima (UFRR) no que diz respeito a criação do curso de Licenciatura Intercultural, o qual possui uma abordagem transdisciplinar, onde as disciplinas abordam desde conhecimentos ancestrais como também conhecimentos adquiridos pelos povos envolvidos. O objetivo principal é formar professores pesquisadores de suas comunidades.

O quarto artigo desta unidade traz uma reflexão sobre a disciplina intitulada «Inmigrantes, Minorías étnicas y Educación Intercultural» do curso de Licenciatura em Educação Social da Faculdade de Educação da Universidade de León/Espanha, onde os acadêmicos atuam por meio de um método de trabalho em que cada um expõe suas expectativas, como irá monitorar seu aprendizado, o período estabelecido para avaliar tais critérios e verificar como a aprendizagem se desenvolveu. A metodologia de trabalho contempla a análise teórica e científica dos movimentos migratórios, bem como a análise da parte prática de temas que os alunos consideram relevantes. O conhecimento da realidade mostrou que a educação intercultural não deve ser trabalhada somente com os recém chegados, mas sim com toda a população.

O quinto artigo trata das políticas institucionais para a garantia das condições de acesso e de permanência das pessoas transgêneros nas Instituições de Ensino Superior do município de Sete Lagoas/Brasil. Ressalta que a ausência destas políticas pode contribuir para a ocorrência das migrações forçadas pela busca de territórios educativos. No sexto

artigo faz-se uma investigação acerca da presença da interculturalidade na formação inicial no Curso de Pedagogia da FURB, analisando de que maneira seu currículo contempla as exigências para um olhar docente que valorize as diferentes culturas.

O sétimo artigo apresenta contribuições que fazem parte do histórico de uma escola de astronomia da Índia (Escola de Kerala), caracterizando uma possível influência do povo indiano na criação de ferramentas de cálculo europeias.

O oitavo artigo analisa dois programas de Mobilidade Internacional, ERASMUS + e Ciência sem Fronteiras, Espanha e Brasil, respectivamente, buscando identificar se eles vislumbram a interculturalidade na Educação Superior. Ambas contribuem, tanto para o desenvolvimento educacional quanto para a superação do isolamento científico. Já o nono artigo aborda o tema das Universidades Abertas da Terceira Idade. Relata os limites e desafios encontrados pela pessoa idosa no acesso a educação, que deveria ser um direito fundamental provido através de legislações nacionais específicas. O trabalho chama a atenção para a invisibilidade da questão do envelhecimento humano no Brasil.

A *quinta unidade* é composta por cinco artigos que discutem sobre o território, os sistemas educativos e a atenção ao migrante. Os dois primeiros artigos refletem sobre as imigrações ocorridas no Brasil com a chegada de venezuelanos e haitianos. O primeiro artigo trata especificamente da vinda dos haitianos para o Brasil a partir de 2010 e as condições de vida que foram submetidas em solo brasileiro. Salienta que o tema da migração é um dos mais sensíveis a partir da segunda década do século XXI. O segundo artigo trata da crescente imigração de venezuelanos para Belém do Pará, região norte do país, e como este processo é visto e

difundido nos veículos de comunicação. O terceiro artigo desta unidade trata de uma pesquisa sobre a educação e multiculturalidade em Ávila/Espanha e sua Província, com objetivo de compreender como se dá a interculturalidade nas aulas e como podem melhorar este aspecto. O quarto artigo traz a reflexão relacionada à interculturalidade e à imigração na Colômbia. Demonstra que, mesmo com a criação da legislação 70 de 1993, a qual outorga privilégios aos afrocolombianos, eles continuam padecendo de situações de vulnerabilidades. O quinto e último artigo desta unidade apresenta um relato de experiência do Centro Integrado de Formação Profissional Lorenzo Milani, entidade que oferta cursos de formação profissional relacionados ao ambiente natural e agrícola.

A *sexta* e última unidade da obra apresenta cinco artigos que vão dissertar especificamente sobre a formação humana, as identidades e a interculturalidade. O primeiro artigo faz uma análise da interculturalidade na formação humana voltando o olhar para as crianças. O segundo reflete sobre a condição das mulheres latino-americanas frente ao desafio da migração, levando em conta as mudanças climáticas e ambientais. O terceiro artigo, por sua vez, apresenta a dança como meio de intervenção sócio-educativa em comunidades excluídas onde é comum o enfrentamento de situações de violação dos direitos fundamentais, exclusão e demais desigualdades. O quarto artigo apresenta um relato sobre a relação entre o teatro e o ensino e a aprendizagem da língua espanhola como idioma no Gabão, refletindo sobre o papel da interculturalidade na educação. O quinto artigo apresenta a gamificação incorporada à educação intercultural, como possibilidade de desenvolver e refletir sobre uma educação intercultural crítica, inclusiva e democrática.

Por fim, salientamos que todos os artigos presentes na obra e aqui apresentados,

possuem um conteúdo histórico, cultural e social de extrema relevância para os estudos e pesquisas relacionados à educação, a migração e a interculturalidade, o que expressa o compromisso dos auto-

res no desenvolvimento do trabalho intelectual e sócio-educacional.

SUZAN ALBERTON POZZER
FABÍOLA CARDOSO CECCHETTI